

RESENHAS

PAULA, Christiane Jalles de & RODRIGUES, Cândido Moreira (org.). *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuiabá: Editora da UFMT, 2012. ISBN: 978-85-327-0472-6

Recebido em 21/01/2015 - Aprovado em 30/01/2015

Diego Omar da Silveira¹

Questionar o sentido e o lugar ocupados pela História das Ideias no panorama historiográfico contemporâneo pressupõe, como considera François Dosse, o esforço de restituir-lhe seus suportes, suas condições sociais de emergência, as relações entre os enunciadores e os destinatários, assim como os rastros deixados pelo sentido anunciado em sua duração até o tempo presente. Esta especialidade em que se mesclam os aportes da História Intelectual e de uma História Social do Político tem sido renovada nas últimas décadas, de acordo com o historiador francês, graças àqueles pesquisadores que passaram a considerar a “produção cultural como prática, indissociável dos seus lugares de enunciação e de seus suportes”. Outra grande mutação neste campo do saber histórico “tem a ver com os efeitos do chamado *linguistic turn*, que deu nova centralidade ao ‘mundo do texto’ e uma maior atenção tanto a operação de escritura como a sua recepção por múltiplos espaços de leitura, em função do lugar e do momento de sua apropriação” (Dosse, 2006, p. 128).

Atentos a toda essa diversidade de questões que perpassam também as abordagens históricas e os desafios de se estudar o pensamento católico no Brasil do século XX, os autores da coletânea *Intelectuais e militância católica no Brasil* nos fornecem valioso material bibliográfico, importante tanto para os pesquisadores do catolicismo brasileiro quanto para o público mais amplo, interessado em História da Igreja e em historiografia religiosa. Organizado por Cândido Moreira Rodrigues e Christiane Jalles de Paula, o livro reúne textos quase sempre provenientes de dissertações e teses acadêmicas nas quais esses homens da Igreja – sejam eles leigos ou religiosos – despontam como importantes personagens da relação entre religião e sociedade, atuando de forma conservadora ou, em sentido oposto, agindo de maneira crítica à instituição e adotando posturas favoráveis às adaptações da tradição ao chamado mundo moderno.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e doutorando em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi coordenador de projetos do Núcleo de Estudos da Religião (NER) entre 2008 e 2012, professor do Departamento de Educação da UFOP entre 2010 e 2012. É professor assistente na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), onde coordena atualmente o curso de História. Email: diegomarhistoria@yahoo.com.br

Lidos individualmente, os capítulos fornecem importantes indicações de fontes e referências bibliográficas, além de esboçar algumas interpretações sobre as representações dos intelectuais nos diferentes tempos e espaços abordados. Mas é no conjunto dos textos que reside a maior contribuição do livro, uma vez que, articulados, os diferentes autores e abordagens nos permitem lançar um olhar mais global sobre a “multiplicidade de engajamentos no âmbito do catolicismo brasileiro: dos intelectuais e movimentos tradicionalistas aos ligados à Teologia da Libertação” e dos militantes “que começaram nos meios católicos aos que reconverteram suas atuações públicas a partir da entrada para o catolicismo” (Paula e Rodrigues, 2012, p. 11).

Aparentemente sem um programa de pesquisa estruturado coletivamente, há no livro uma elegante e saborosa combinação de temáticas que nos ajuda a compreender as principais transformações do pensamento católico no Brasil para além de certas tipologias e cronologias já consagradas na literatura nacional sobre esse assunto. Ainda que, por exemplo, os elementos indicados por Antonio Carlos Villaça, em *O pensamento católico no Brasil* (1975), ou por Odilão Moura, n’*As ideias católicas no Brasil* (1978) apareçam com recorrência nos textos, novos marcos são buscados para compreender a multiplicidade de trajetórias dos intelectuais católicos, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II, quando no interior da mesma instituição se encontram bispos tão opostos como dom Geraldo de Proença Sigaud e dom Pedro Casaldáliga, ou leigos de militância tão dispare como Plínio Corrêa de Oliveira e Herbert de Souza, o Betinho.

Mesmo sem nenhuma divisão explícita, o leitor poderá separar a obra em dois blocos de textos que guardam entre si alguma unidade. A primeira parte do livro é praticamente toda voltada para intelectuais e movimentos católicos que gravitaram em torno da figura emblemática de dom Sebastião Leme e de seus propósitos de recatolicizar o Brasil a partir de uma nova aliança entre a Igreja e o Estado e da presença pública das elites católicas na vida política da nação – um projeto já esboçado por esse prelado em sua Carta Pastoral de 1916. O texto de Carlos André Silva de Moura, apropriando-se do lema do papa Leão XIII, “Restaurar todas as coisas em Cristo”, lança um olhar sobre as contribuições dadas pelos homens de letras ao projeto das elites eclesiásticas brasileiras a partir das primeiras décadas do século XX, pondo em marcha um “projeto militante do pensamento conservador”, cuja disposição ao autoritarismo parece ter consolidado aproximações entre letrados brasileiros e lusitanos, fieis à Igreja Católica em sua “guerra santa contra o comunismo” e “pela manutenção da fé e da família, pilares fundamentais para o nacionalismo” (p. 34) tanto no Brasil quanto em Portugal.

Locais privilegiados da atuação dessa intelectualidade no Brasil, o Centro Dom Vital e a Revista *A Ordem* são objetos da análise de Guilherme Ramalho Arduini. Ao promover um estudo de caso de um grupo de intelectuais no Rio de Janeiro dos anos 1920 a 1940, o autor mergulha nas discussões e disputas acerca do que significava “ser católico” nesse período, em especial para um grupo que desejava forjar, na capital da república, uma “cultura católica superior”, em contraposição ao catolicismo rude, sincrético e supersticioso das massas populares distribuídas pelo interior do país. Figuras como Jackson de Figueiredo, Jônathas Serrano, Alceu Amoroso Lima, Augusto Frederico Schmidt, Hamilton Nogueira e Sobral Pinto são alguns desses escritores “em busca de

reconhecimento” e às voltas com os dilemas lançados pelo modernismo e pelas políticas implementadas por Getúlio Vargas.

De maneira mais detalhada, a trajetória de alguns dos principais intelectuais conservadores desse período aparece descrita nos dois capítulos seguintes. Christiane Jalles de Paula analisa a atuação de Jackson de Figueiredo para angariar fiéis junto à elite brasileira, tendo como eixo o livro *A reação do bom senso: contra o demagogismo e a anarquia militar* – uma coletânea de artigos publicados entre 1921 e 1922. De acordo com a autora, nesses textos, o fundador do Centro Dom Vital constrói uma percepção da ideia de liberdade contrária às teses defendidas pelo liberalismo, associando-a a autoridade, que por sua vez seria algo inseparável da fé católica. A soberania não aparecia, então, conectada à vontade popular ou à democracia, mas submetida à hierarquia e à ordem – elementos componentes da lei natural, proveniente de Deus. “A política assim entendida se transforma na exteriorização da espiritualidade” e “a religião católica, é claro, na bússola das ações humanas da polis” (p. 92).

Uma mesma “concepção autocrática de ordenamento social” é discutida Jefferson Rodrigues Barbosa, ao tratar do Movimento Integralista. Adotando um recorte temporal mais ampliado, o texto busca apresentar algumas permanências da doutrina do Sigma, desde os anos 1930 até os dias atuais, pondo em relevo o fôlego dos escritos de Plínio Salgado, mesmo após sua morte, em 1975. Evidencia-se, assim, como a partir do lema “Deus, pátria e família” vai se constituindo uma “organização com embasamento fundamentalista cristão e chauvinista, cujos valores morais têm como premissa enaltecimento a ‘cultura nacional’ e resgatar determinados valores deturpados pela ótica materialista” (p. 104) e as diversas formas pelas quais esses elementos permeiam contemporaneamente o radicalismo virulento dos grupos de direita na luta contra os feminismos, contra o aborto, contra os homossexuais e contra algumas minorias étnicas.

Esse comportamento intransigente também aparece como componente marcante na presença pública dos bispos que compuseram o *Coetus Internationalis Patrum* durante o Vaticano II e dos militantes leigos Gustavo Corção e Plínio Correa de Oliveira. No primeiro caso, Rodrigo Coppe Caldeira aprofunda a discussão sobre a atuação dos prelados brasileiros no “grupo que se formou no decorrer do Concílio com o intuito principal de barrar as inovações que avantajavam nas discussões da assembleia” (p. 131). Unidos em torno de elementos que compunham o catolicismo tridentino e ultramontano, o *Coetus* vai advogar o “escrúpulo pela precisa formulação de verdades supra-históricas ou triunfalistas, espírito cauteloso e atento às mudanças e preocupação diante da abertura ecumênica” ao lado de um vigoroso anticomunismo. Já sobre as lideranças conservadoras no laicato, Christiane Jalles de Paula analisa a atuação e as obras de Gustavo Corção, indicando a trajetória decrescente de um intelectual reconhecido em espaços de sociabilidade católica nos anos do Centro Dom Vital e nos primeiros tempos d’*A Ordem*, e relativamente isolado após os anos 1940, em seu ofício de polemista e divulgador do tomismo de cunho dogmático e antimoderno – publicado nesse período apenas em jornais e nos veículos oficiais de imprensa da associação cultural *Permanência* (p. 180). Gizele Zanotto, por sua vez, traça um excelente perfil de Plínio Corrêa de Oliveira, fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a quem

considera um “intelectual da reação, militante do conservadorismo e cruzado da contrarrevolução” (p. 189). Da sua produção literária à organização e divulgação das ações da TFP, a historiadora desvela as estratégias de uma proposta político-cultural reacionária – “pliniana” – que visava restabelecer o domínio social aristocrático e a preponderância da doutrina católica, mantendo pilares importantes para a concepção de estado e de sociedade defendidas pelos círculos integristas (como hierarquia, religião, tradição, etc.).

Na segunda parte do livro, seis trabalhos evidenciam o *aggiornamento* do catolicismo brasileiro – da cúpula às bases, da reflexão teológica à ação pastoral. Exemplo paradigmático dessa passagem, Alceu Amoroso Lima – que nos primeiros anos de sua experiência religiosa havia se associado aos grupos mais conservadores – emerge como protagonista na renovação do pensamento católico a partir dos anos 1960. Ao analisar as correspondências de Alceu com seus familiares e com presos políticos durante a ditadura civil-militar brasileira, Cândido Moreira Rodrigues, destaca uma personagem central no enfrentamento católico ao regime e na luta da Igreja pelas liberdades civis e pelo restabelecimento da democracia no país. Um intelectual que soube utilizar-se de seu acesso facilitado aos jornais e editoras para condenar, em artigos periódicos e em livros, as violações dos direitos humanos, denunciando a prisão e a tortura de estudantes, religiosos, jornalistas e sindicalistas. Nas cartas de Alceu está “o discurso de autoridade” de um homem de letras respeitado nos mais diversos meios e a influência de um católico que, tendo abandonado paulatinamente o espectro ideológico das direitas, influenciou nos debates internos da Igreja, reforçando a posição de que era preciso que a “mesma caminhasse rumo a um pensamento mais progressista” (p. 241-242).

Já no campo das esquerdas, dois dos mais importantes representantes do Cristianismo da Libertação no Brasil também têm suas trajetórias analisadas nesta coletânea. Bruno Marques Silva propõe uma leitura de conjunto da obra de Leonardo Boff – “cristão, franciscano e teólogo” (p. 247). Das principais influências intelectuais aos anos de militância no Movimento Fé e Política e no Movimento Nacional de Direitos Humanos, desvela-se um autor plural que soube transitar de uma esquerda católica mais tradicional – cuja atuação se dava em favor dos “oprimidos” – aos novos movimentos sociais, embalados pela questão ambiental (nos anos da Eco 92) e pelas discussões de gênero. Propondo uma “nova eclesiogênese”, Boff teria encampado uma “rejeição metodológica radical de todos os modos, ditos tradicionais, de fazer teologia”, ajudando, assim, a ressignificar “os valores cristãos na América Latina” (p. 279). Em uma abordagem mais pontual, Frei Betto tem sua peregrinação pelos países socialistas reconstruída por Marcelo Thimoteo da Costa. O guia dessa viagem a Cuba, China, Nicarágua e ao leste europeu é o livro intitulado *O Paraíso Perdido* (1993), no qual o frade dominicano narra as encruzilhadas no pensamento teológico latino-americano, seus encontros (e desencontros) com padres guerrilheiros e lideranças eclesiais do continente e os contatos com cristãos ortodoxos em nações alinhadas à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Melancolicamente “esperando, contra toda a esperança”, Betto tem sua avaliação dos anos posteriores à queda do muro de Berlim retomada pelo autor: “o socialismo deixou de ser um mito. Apagou-se a imagem

paradisiaca que ele projetava, restando entretanto a certeza de que a socialização dos bens é a única via capaz de arrancar a humanidade dessa longa etapa em que a vida de uns se nutre da morte de outros” (p. 301).

A sensibilidade social entre os hierarcas da Igreja é retratada nos dois capítulos seguintes a partir da ação missionária do claretiano espanhol Pedro Maria Casaldáliga, tornado bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia no início dos anos 1970. Vitale Joanoni Neto analisa “as muitas experiências católicas em áreas de fronteira no Mato Grosso a partir de 1970” e as pesquisadoras Luciene Castravechi e Maria Henriqueta Santos Gomes retratam os enfrentamentos do prelado com as principais questões da Igreja na Amazônia: a ocupação da terra por posseiros, a marginalização e o extermínio dos povos indígenas, os projetos concentradores de terra e de renda promovidos pela ditadura. Como alternativas, a Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base, a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário foram mobilizados para garantir a integração e superar a anomia, “como espaços de reunião das famílias recém-chegadas” na região Centro-Oeste (p.312). Denunciando permanentemente a ocupação desordenada do solo, a destruição do meio ambiente e o avanço do trabalho escravo sobre a população mais pobre e vulnerável, Casaldáliga tornou-se uma “referência na luta pelos direitos humanos” (p. 340).

Encerrando o livro, Dulce Chaves Pandolfi recupera a trajetória do Herbert José de Souza, mais conhecido como Betinho, dos tempos “da Ação Católica à Ação pela Cidadania”. De acordo com a pesquisadora da CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, a marca que melhor sintetiza a atuação do sociólogo é a utopia: “construir uma sociedade justa e solidária talvez tenha sido o seu principal desafio” (p. 353). “Criado numa família católica, em que a solidariedade era um forte valor”, Betinho ainda “muito jovem, indignado com as suas mazelas e com as mazelas do mundo, buscou apoio na fé e através da religião, tentou fazer uma revolução” (p. 354). Pelo seu engajamento na AP foi perseguido e condenado à prisão pelos militares. Em 1971 foi obrigado a exilar-se no Chile, onde assistiu a derrubada de Salvador Allende, seguindo então para o Panamá, Canadá e México. Apenas com a Lei de Anistia, em 1979, o “irmão do Henfil” pôde retornar ao Brasil, tornando-se, na década seguinte, uma liderança destacada dos diversos movimentos da sociedade civil que emergiram no contexto de restabelecimento da democracia, como a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, o Movimento Viva Rio e a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

“Detentores dos sentidos das palavras”, todos os intelectuais que figuram na obra trabalharam ativamente na forjadura e na transmissão da mensagem religiosa, cultural e política do catolicismo. Como assevera Jean-François Sirinelli (2009, p. 47), “seu papel na gênese e na circulação tanto das culturas políticas quanto de certos processos de memória constitui [portanto] uma realidade histórica inegável”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DOSSE, François. *La marcha de las ideas*. Historia de los intelectuales, historia intelectual. Traducción Rafael F. Tomás. València: Publicacions de la Universitat de València, 2006.
- MOURA, Odilão. *As ideias católicas no Brasil*. Direções do pensamento católico do Brasil no século XX. São Paulo: Convívio, 1978.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. In: AZEVEDO, Cecília & KNAUSS, Paulo (et. al.) (org.). *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. pp. 47-57.
- VILLAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.